

<p>Empresa: INCOMPOL INDUSTRIA E COMÉRCIO E PORTAS DE MADEIRA LTDA - EPP CNPJ: 50.982.289/0001-60 Unidade: Floresta Est. de Manduri Lote: 1 Espécie: Pelliotti Manejo: Desbaste (reg.nat.) Qtde:1.500 R\$ Unitário: R\$ 10,00 R\$ Total: R\$ 15.000,00 Prazo de Retirada: 6 meses Responsável: Francisco Jose N. Kronka N.Contrato: 96/2010 Empresa: INCOMPOL INDUSTRIA E COMÉRCIO E PORTAS DE MADEIRA LTDA - EPP CNPJ: 50.982.289/0001-60 Unidade: Floresta Est. de Manduri Lote: 2 Espécie: Pinus c. hondurensis Manejo: Desbaste Qtde:150 R\$ Unitário: R\$ 25,00 R\$ Total: R\$ 3.750,00 Prazo de Retirada: 4 meses Responsável: Francisco Jose N. Kronka N.Contrato: 97/2010 Empresa: SERRARIA E MADEIREIRA 5 IRMAOS LTDA - ME CNPJ: 08.946.616/0001-61 Unidade: Floresta Est. de Pederneiras Lote: 4 Espécie: E. saligna Manejo: Corte raso Qtde:200 R\$ Unitário: R\$ 130,00 R\$ Total: R\$ 26.000,00 Prazo de Retirada: 3 meses Responsável: Aida Sanae Sato N.Contrato: 98/2010 Empresa: CERNE COMÉRCIO DE MADEIRAS ARARAQUARA LTDA - ME CNPJ: 04.175.788/0001-28 Unidade: Floresta Est. de Pederneiras Lote: 3 Espécie: C.citriodora Manejo: Desbaste Qtde:1.500 R\$ Unitário: R\$ 63,00 R\$ Total: R\$ 94.500,00 Prazo de Retirada: 6 meses Responsável: Aida Sanae Sato N.Contrato: 99/2010 Empresa: VLM COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP CNPJ: 11.816.102/0001-04 Unidade: Floresta Est. de Pederneiras Lote: 2 Espécie: C.citriodora Manejo: Desbaste Qtde:1.000 R\$ Unitário: R\$ 60,00 R\$ Total: R\$ 60.000,00 Prazo de Retirada: 6 meses Responsável: Aida Sanae Sato</p>
--

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Comunicados

O Conselho Estadual do Meio Ambiente comunica que, diferentemente do que consta do edital de convocação das audiências públicas sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA do empreendimento “Implantação do Políduto Uniduto”, de responsabilidade da Uniduto Logística S/A (Proc. SMA 01891/2010), o endereço da terceira audiência, que se realizará no dia 28 de outubro de 2010, às 17h00, no Salão do Clube Recreativo de Serrana, é Praça da Matriz, Centro, Serrana-SP.

Súmula do Parecer Técnico nº 125/10/TACR
PROCESSO: SMA nº 1338/08
INTERESSADO: Sociedade Empresarial Campos Elíseos Participação Empreendimentos e Administração Ltda. e ABO Agricultura Ltda.

MUNICÍPIO: Piracicaba
ASSUNTO: Análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA das Obras de Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos – CGR Oásis
DATA: 07.10.10
1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 125/10/TACR, elaborado pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – TACR, do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA, com a colaboração de outras equipes técnicas desta Companhia, para subsidiar a análise da viabilidade do empreendimento acima referenciado.

Segundo o EIA, o projeto apresentado visa à implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos – CGR Oásis, destinada apenas a resíduos gerados no município de Piracicaba, que contará com um aterro para resíduos domiciliares com co-disposição de resíduos Industriais Classes IIA e IIB, de acordo com a Norma Brasileira NBR 10004/2004 – Resíduos Sólidos – Classificação, e uma unidade de recebimento, triagem e beneficiamento de resíduos da construção civil.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A gleba destinada à implantação do empreendimento, com 480.000 m2, situa-se na zona rural do município de Piracicaba, na denominada Fazenda Matão s/nº, margem direita da Rodovia Estadual Deputado Laércio Corte, SP 147, km 132, no sentido Piracicaba-Limeira.

O aterro ocupará uma área de 245.440 m² (cerca de 51% da área total do empreendimento). Receberá 500 t/dia de resíduos, com desenvolvimento previsto em 8 etapas. A altura total do maciço será de aproximadamente 35 m, a partir da cota natural do terreno, sendo a cota final da obra prevista em 578 m. Sua capacidade volumétrica será de 3.766.700 m³ e a vida útil é estimada em 20 anos. O projeto proposto prevê todos os sistemas de proteção e controles ambientais para este tipo de atividade, tais como: drenagens de águas pluviais, sistemas de impermeabilização de base, sistema de drenagem de líquidos percolados (na base e entre as camadas), com adequado tratamento e destinação final destes líquidos, drenagem de gases e cobertura diária dos resíduos com solo argiloso compactado.

A unidade de recebimento, triagem e beneficiamento de resíduos da construção civil ocupará uma área de 12.500 m2 (cerca de 2,6 % da área total do empreendimento) e terá capacidade de recepção, processamento e estocagem de aproximadamente 150 m3/dia. Após o processamento, os materiais resultantes serão comercializados ou utilizados na própria área do CGR.

Para projeto prevê ainda sistema de isolamento com cerca e barreira vegetal, vigilância permanente, instalações de apoio e vias internas de acesso. conforme descrito no EIA são, ainda, previstos: Programa de Recomposição Vegetal; Plano de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas; Plano de Manutenção de Máquinas e Equipamentos; Plano de Contingência e Emergência; Plano de Controle Ambiental do Canteiro de Obras; Plano de Monitoramento da Emissão de Gases; Plano de Monitoramento Geotécnico do Maciço; Plano de Manejo da Fauna Local; Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico.

Cód.: S0598V03 07/08/2009 1/4
SÚMULA DO PARECER TÉCNICO
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP

C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7

Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 125/10/TACR

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS e MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como, as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer

125/10/TACR são apresentados a seguir:

3.1 Fase de planejamento

Foram apresentados os documentos relativos ao exame técnico e Certidão de Uso do Solo do Município, conforme artigos 5º e 10 º da resolução CONAMA nº 237/97, indicando que a Prefeitura delega ao Estado o licenciamento e não se opõe à implantação do empreendimento na área proposta.

Nesta fase, a divulgação das informações sobre o empreendimento deve ser adequadamente realizada, de forma a esclarecer devidamente a população da área de influência, quanto a geração de empregos e eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. para mitigação desse impacto deverão ser implementados os Programas de Comunicação e Participação Social e de Educação Ambiental, previstos pelo empreendedor.

3.2 Fase de instalação

Para a implantação do empreendimento não está prevista a supressão de vegetação nativa e nem intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, uma vez que a área é hoje ocupada por cultivo de cana-de-açúcar, com recuo em relação à APP do Rio Piracicaba e de uma nascente, lá existente e sua respectiva drenagem. No entanto, o empreendedor deverá, entre outras, comprovar averbação da Reserva Legal.

Não estão previstas desapropriações imobiliárias, uma vez que a área de implantação da CGR Oásis é de propriedade do empreendedor.

As prospecções arqueológicas realizadas na propriedade revelaram a presença de dois sítios arqueológicos denominados Brunelli e Silvello, além de 4 áreas de ocorrência arqueológica (três ocorrências líticas e uma cerâmica). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN emitiu o Parecer Técnico nº 284/09, no qual informa ser possível a execução da obra, desde que elaborado e desenvolvido um Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico.

3.3 Fase de instalação/operação

Dentre as obras de implantação do empreendimento é prevista escavação, com geração de cerca de

850.550 m³ de solo, dos quais 831.700 m³ serão utilizados no próprio empreendimento. O solo excedente deverá ser adequadamente disposto. para mitigar os possíveis processos de dinâmica superficial decorrentes da movimentação de solos, o empreendedor deverá implementar um Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, além de um Programa de Controle Ambiental das Obras, a serem detalhados na fase de solicitação da Licença Ambiental de Instalação.

Com a implantação da CGR Oásis não são esperadas interferências em Unidades de Conservação – UCs, uma vez que a sua Área Diretamente Afetada - ADA não está inserida nas mesmas e nem em suas zonas de amortecimento.

Não são esperados incômodos à fauna local, uma vez que as espécies encontradas em campo são em sua maioria sinantrópicas e as obras propostas não implicarão em supressão de vegetação nativa. No entanto, o empreendedor deverá dar início ao Programa de Monitoramento da Fauna, antes da execução das obras.

Cód.: S0598V03 07/08/2009 2/4
SÚMULA DO PARECER TÉCNICO
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP

C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7

Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 125/10/TACR

O acesso ao empreendimento será feito pela Rodovia SP – 147 e não são esperadas interferências significativas na infra-estrutura viária da região de sua influência, uma vez que o incremento de veículos nesta via, quando do recebimento de resíduos no local atingir seu limite máximo, que será da ordem de 80 viagens/dia, não é considerado expressivo para a capacidade da referida via.

Para mitigar eventuais incômodos à população, como ruído, poeira e riscos de acidentes, o empreendedor deverá implementar os seguintes programas previstos no EIA, os quais deverão ser

detalhados por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação - LI da CGR Oásis: Programa de Minimização de Incômodos à População e Riscos de Acidentes e de Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

3.4 Fase de operação

Quanto ao potencial de contaminação do solo, águas superficiais e subterrâneas, visando mitigar estes impactos, na fase da LI o empreendedor deverá apresentar o detalhamento dos sistemas de impermeabilização, drenagem das águas pluviais, drenagem dos gases, drenagem de líquidos percolados, bem como seu armazenamento, tratamento e destinação final, incluindo a implementação de um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas.

Quanto à qualidade do ar, o empreendedor propõe a implementação de um Plano de Monitoramento de Emissão de Gases, a ser detalhado na fase da Licença Ambiental de Instalação

Além disso, o empreendedor deverá apresentar o detalhamento de todos os elementos constituintes dos sistemas de proteção geotécnica e ambiental e suas localizações em planta. Foi proposta a instalação de instrumentos para acompanhamento do desempenho do maciço, no âmbito de um Programa de Monitoramento Geotécnico do Aterro.

Durante a operação do empreendimento poderão ocorrer eventuais episódios de exalação de odores decorrentes do processo de decomposição da matéria orgânica presente nos resíduos. para mitigar esse possível impacto, foi solicitado ao empreendedor a implementação de um Programa de Controle e Minimização de Odores.

A atração e proliferação de animais sinantrópicos, em virtude da presença de matéria orgânica no aterro, não deverão causar riscos à saúde pública, uma vez que a operação adequada do aterro, aliada à adoção de todas as medidas de proteção ambiental preconizadas no EIA e a implementação de um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores de Doenças, a ser apresentado pelo empreendedor na fase da LI, minimizarão esse potencial impacto.

Não são esperadas interferências na segurança aeroportuária, uma vez que no seu Parecer nº

621/ATM/735, o Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo do Ministério da Defesa concluiu que o empreendimento não implicará em qualquer tipo de restrição à circulação aérea do aeródromo de Piracicaba.

3.5 Fase de encerramento

Quando do encerramento das atividades do Aterro, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, dentre outros. O empreendedor apresentou uma proposta de encerramento, a qual deverá ser detalhada em um Plano de Desativação, antes do termino das atividades no local.

4. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado no EIA um Programa de Compensação Ambiental, no qual o empreendedor propõe a aplicação de recursos financeiros nas seguintes Unidades de Conservação – UCs: Estação Experimental de Tupi/Horto Florestal; Parque da Rua do Porto e Área de Proteção Ambiental - APA Juquerimirim. No entanto, tal proposta será submetida à apreciação da Câmara de Compensação

Cód.: S0598V03 07/08/2009 3/4

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP

C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7

Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 125/10/TACR

Ambiental – CCA para a definição da aplicação dos recursos.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico 125/10/TACR. Nestes termos, o TA submete ao CONSEMA a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos Oásis, no município de Piracicaba, de responsabilidade da Sociedade Empresarial Campos Elíseos Participação Empreendimentos e Administração Ltda. e ABO Agricultura Ltda.

Maria Sílvia Romitelli

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA
RG 4755/99 CREA 062252/D - Cód.: S0598V03 07/08/2009 4/4

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extratos de Termos de Aditamento

Processo: PGE GDOC 16831-302361/2009. Contratante: Procuradoria Geral do Estado. Contrato: 08/2009. Alteração: 1. Parecer Jurídico: GPG. Cons. 097/2010. Contratado: Simpress Comércio, Locação E Serviços S/A. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 15 meses, com início em 1º/10/2010 e término em 31-12-2011. Valor Total: R\$ 171.475,20, sendo: R\$ 34.295,04 referente ao presente exercício, e R\$ 137.180,16 para o exercício de 2011. Class. Recursos: Programa de Trabalho: 03.122.4006.5843.0000. Unid. Gestora: 400102. Elemento Econômico: 339039-83. Data de Assinatura: 28-09-2010.

Processo: PGE GDOC 16831-463399/2009. Contratante: Procuradoria Geral do Estado. Contrato: PGE. 17/2009. PRODESP PD.09/441. Alteração: 1. Parecer Jurídico: GPG. Cons. 101/2010. Contratado: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses, com início em 27-09-2010 e término em 26-09-2011. Valor Total: R\$ 153.810,72, sendo: R\$ 40.161,69 referente ao presente exercício, e R\$ 113.649,03 para o exercício de 2011. Class. Recursos: Programa de Trabalho: 03.126.4407.5892.0000. Unid. Gestora: 400102. Elemento Econômico: 339039-11. Data de Assinatura: 20-09-2010.

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicados

O Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado comunica aos Procuradores do Estado a abertura de 08 (oito) vagas para o “XXIV Congresso Brasileiro de Direito Tributário” a realizar-se nos dias 20,21 e 22-10-2010 no Hotel Maksoud Plaza – Alameda Campinas, 150 - São Paulo-SP.

Conforme programação:
Dia 20-10-2010
08:30 - Conferência de Abertura - Prof. Álvaro Rodriguez

Berejo
10:00 - Mesa de Debate (I) “ Sistema Tributário - Segurança Jurídica ”

Presidente - Des. Estadual José Roberto Bedaque
Ministro Carlos Mário Velloso
Misabel Derzi
José Souto Maior Borges
Alcides Jorge Costa
12:00 - Intervalo / Almoço
13:30 - Mesa Expositiva (A) - " Impostos Federais "
Presidente - Elizabeth Nazar Carrazza
Tipicidade e Praticidade Tributária – Harmonização - Regina Helena Costa
Destinação Jurídica e Financeira – Critérios e Limites – Estevão Horvath
IR – Restrições à Dedutibilidade – Roberto Quiroga Mosquera

Importação – Superposição de Tributos – Robson Maia Lins
15:30 - Intervalo
15:45 - Mesa de Debate (II) - " Planejamento Tributário "
Presidente: Des. Federal Marli Ferreira
Marcos Vinícius Neder
Paulo Ayres Barreto
Luís Eduardo Schoueri
Ricardo Mariz de Oliveira
Marcos Vinicius
17:45 - Conferência - " Roque Antonio Carrazza "
18:30 - Coquetel de Recepção aos Congressistas

Dia 21-10-2010DIA DI
2010
08:30 - Mesa Expositiva (B) - " Processo Administrativo e Judicial ”

Presidente: Des. Federal Nelson dos Santos
Inovações Tributárias – Transação, Execução Administrativa, Protesto e Processo

Eletrônico – Susy Gomes Hoffmann
Sanções Tributárias – Pena de Perdimento de Mercadoria – Marcelo Salomão

Desconsideração da Empresa e do Negócio Jurídico – Sacha Calmon Navarro Coelho

10:30 - Intervalo

10:45 - Mesa Expositiva (C) - " ICMS ”

Presidente: Valdir de Oliveira Rocha
Substituição Tributária – Operações Internas e Interestaduais - Tácio Lacerda Gama

Responsabilidade dos sócios e administradores (passado, presente e futuro) - Maria Rita Ferragut
Guerra Fiscal – Riscos e Cautelas - José Eduardo Soares de Melo

Crimes Tributários - Des. Estadual Moacir Andrade Peres
12:15 - Intervalo / Almoço

13:30 - Comissão de Trabalhos - Teses Congressistas

15:00 - Oficinas

Processo Administrativo Tributário
Maria Leonor Leite Vieira (coordenadora)
Anna Emilia Cordelli Alves
José Henrique Longo
Walter Carlos Cardoso Henrique
ICMS

José Eduardo Soares de Melo (coordenador)

Luís Antonio Caldeira Miretti

Pedro Lunardelli

Valéria Zotelli

Contribuições

Fabiana Del Padre Tomé (coordenadora)

Fernando Scaff

Igor Mauler Santiago

Júlio Maria de Oliveira

16:30 - Intervalo

16:45 - Oficinas

Processo Judicial Tributário

Eduardo Domingos Bottallo (coordenador)

Carla Gonçalves

Juliana Furtado

Renato Lopes Becho

ISS

José Antonio Balierio Lima (coordenador)

Alberto Macedo

Odmir Fernandes

Simone Rodrigues Costa

Imposto sobre a renda

José Artur Lima Gonçalves (coordenador)

José Antonio Minatel

Sidney Saraiva Apocalypse

Natanael Martins

Dia 22-10-20102/10/2010

08:30 - Mesa Expositiva (D) “ Tributação Setorial ”

Presidente: Ministro Hamilton Carvalhido (STJ)

Setor de Telecomunicações – Betina Treiger Grupenmacher

Setor de agronegócio – Luiz Roberto Domingo

Setor do comércio eletrônico – Clélio Chiesa

Tributação e reflexos setoriais – Eurico Marcos Diniz de

Santi

Setor de telecomunicações -

10:45 - Intervalo

11:00 - Conferência: “ Paulo de Barros Carvalho ”

12:00 - Intervalo / Almoço

13:30 - Mesa Expositiva (E) “ ISS e Contribuições ”

Presidente: Helga Klug Doin Vieira

ISS na construção civil – Des.Estadual Eutálio Porto

Contribuições – Folha de salários – Oneração Tributária – Fabiana Del Padre Tomé

ISS – Fatos Geradores e Bases de Cálculo – Fábio Soares de Melo

ISS – Consórcios Empresariais – Responsabilidades – Edu-

ardo Domingos Bottallo

ISS na construção civil - Des. Estadual

15:45 - Intervalo

16:00 - Conferência - " Ministro Eros Grau "

17:00 - Encerramento: Aires F. Barreto

Os interessados deverão se inscrever até o dia 15-10-2010.

Encaminhar as inscrições, em anexo, com autorização da Chefia através do fax (11)3104-8973 ou pelo Notes: Aperfeiçoamento Centro de Estudos/PGE/BR, ou e-mail: aperfeiçoamento_centrodeestudos_pge@sp.gov.br

Se for o caso, serão pagas diárias aos Procuradores conforme Legislação pertinente.

Caso haja desistência, ou ausência imotivada, o Procurador ressarcirá o valor da inscrição ao Centro de Estudos.

ANEXO I

Senhor Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado,

Eu, _____

, Procurador do Estado da Procuradoria Geral do Estado em exercício na _____,Fone: _____,

_____, CPF _____, RG _____, e-mail _____, vem res-

peitosamente à presença de Vsa solicitar inscrição no XXIV Congresso Brasileiro de Direito Tributário a realizar-se nos dias 20,21 e 22-10-2010.

Local/data: _____

Assinatura: _____

De acordo da Chefia da Unidade: _____

Obs.: Caso haja desistência, ou ausência imotivada, o Procurador ressarcirá as despesas realizadas pelo Centro de Estudos.

O Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos comunica aos Servidores que estão abertas 04 vagas para o Simpósio Básico de Contratos Administrativos na NDJ- Rua Conselheiro Crispiniano, 344 – 6º andar.– Centro- São Paulo – SP, a realizar-se no dia 15-10-2010.

Os Servidores interessados poderão se inscrever até o dia 08-10-2010, junto ao Serviço de Aperfeiçoamento do Centro de Estudos, com autorização das respectivas Chefias, enviando-se a solicitação por correio eletrônico Notes: Aperfeiçoamento Centro de Estudos/PGE/BR, ou e-mail: aperfeiçoamento_centrodeestudos_pge@sp.gov.br

Se for o casos Servidores receberão diárias e reembolso das despesas de transporte terrestre, nos termos da resolução PGE-59, de 31-1-2001.

Senhor Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, _____,

Servidor da Procuradoria Geral do Estado em exercício na _____,